



FACULDADE
ILAPEO

**Normas técnicas para elaboração de Trabalhos de Conclusão
de Curso, Monografias, Dissertações e Teses**

8ª edição

**CURITIBA
2018**

APRESENTAÇÃO

A Faculdade ILAPEO, considerando a necessidade de padronização na apresentação dos trabalhos acadêmicos realizados nesta Instituição, incluindo TCC, monografias, dissertações e teses, com abrangência para cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, apresenta o manual de normas técnicas.

SUMÁRIO

Definições	04
Estrutura do trabalho	
• Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)	05
• Monografia (Pós-Graduação Lato Senso)	06
• Dissertação e tese (Pós-Graduação Stricto Senso)	07
Elementos pré-textuais	
• Capa	08
• Folha de rosto	09
• Ficha catalográfica (verso da folha de rosto)	10
• Termo de aprovação	10
• Dedicatória	11
• Agradecimentos	11
• Sumário	11
Elementos textuais	
• Artigo científico	12
Elementos pós-textuais	
• Apêndice	12
• Anexos	12
Considerações Finais	13
Bibliografia consultada	15
Anexo	16
• Recomendações básicas para submissão de manuscritos em revistas da área biomédica	

Definições

a. Trabalho de Conclusão de Curso:

Trabalho científico, exigido como requisito parcial para conclusão de alguns cursos de graduação, resultante de estudo sobre um determinado assunto e sob supervisão docente.

b. Monografia:

Trabalho científico, normalmente exigido como requisito parcial para obtenção de título de especialista em pós-graduação nível *lato sensu*, resultante da pesquisa a respeito de um determinado assunto de modo determinado e específico, com ênfase em reflexão analítica e crítica.

c. Dissertação

Trabalho científico produzido como requisito dos cursos de pós-graduação nível de Mestrado, no qual são apresentados os resultados de um estudo, analisando-se e interpretando-se as informações obtidas por meio da pesquisa. Pode envolver estudos experimentais.

d. Tese

Trabalho científico produzido como requisito dos cursos de pós-graduação nível de Doutorado, com o objetivo de expor os resultados de um estudo ou pesquisa. Diferencia-se da dissertação em função da originalidade do trabalho. Também é um dos requisitos para obtenção do título acadêmico de livre-docência.

Estrutura do trabalho

Os trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses apresentadas aos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade ILAPEO deverão conter:

Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação

I- Elementos pré-textuais

- Capa
- Folha de rosto
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Sumário

II- Elementos textuais

- Artigo Científico completo (de acordo com normas da revista a ser enviado)

III- Anexo

- Endereço eletrônico das normas da revista a ser publicado o trabalho
- Termo de aprovação do Comitê de Ética (quando indicado)

Monografias (Pós-graduação Lato Senso)

I- Elementos pré-textuais

- Capa
- Folha de rosto
- Termo de aprovação
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Sumário

II- Elementos textuais

- Artigo Científico completo (de acordo com normas da revista a ser enviado)

III- Apêndice

- Materiais e Métodos completo (opcional)
- Resultados completo (opcional)

IV- Anexo

- Endereço eletrônico das normas da revista a ser publicado o trabalho
- Termo de aprovação do Comitê de Ética (quando indicado)

Dissertações e Teses (Pós-graduação Stricto Senso)

I- Elementos pré-textuais

- Capa
- Folha de rosto
- Ficha catalográfica (verso da Folha de rosto)
- Termo de aprovação
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Sumário

II- Elementos textuais

- Artigo Científico 1 (de acordo com normas da revista a ser enviado)
- Artigo Científico 2 (de acordo com normas da revista a ser enviado)

III- Apêndice

- Materiais e Métodos completo (opcional)
- Resultados (em caso de trabalho experimental - opcional)

IV- Anexo

- Endereço eletrônico das com as normas da revista a ser publicado o trabalho
- Termo de aprovação do Comitê de Ética (quando indicado)

Elementos pré-textuais

Capa (template disponível do site da Ilapeo)

3cm

Faculdade ILAPEO (Times New Roman 14)
Nome completo do autor (Times New Roman 14)

Título: subtítulo (Times New Roman 14)

3cm

2cm

CURITIBA (Times New Roman 12)
ANO (Times New Roman 12)
2cm

Folha de rosto (template disponível do site da Ilapeo)

É a folha que contém os elementos essenciais à identificação do trabalho.

Nome completo do autor (Times New Roman 14)

Título: subtítulo (Times New Roman 14)

TCC, Monografia (Dissertação ou Tese)
apresentada á Faculdade ILAPEO, como parte
dos requisitos para
conclusão do curso de graduação ou
obtenção do título de Especialista ou
Nestre em
Doutor em ...
(Mestre) em _____

Orientador: _____
Co-orientador: _____
(Times New Roman 11)

Ficha Catalográfica

É o conjunto de dados, sistematicamente ordenados, com a descrição física e temática do trabalho, que fornece uma ideia do assunto tratado. **Deverá obrigatoriamente ser preenchida pela Biblioteca**, e impressa no verso da folha de rosto, em retângulo de 7,5 x 12,5cm, conforme o código de catalogação Anglo Americano CCAA2.

Termo de Aprovação

Folha na qual deve constar a aprovação final da monografia, dissertação ou tese pela banca examinadora. Todos os itens do termo de aprovação deverão ser digitados com fonte Times New Roman 12 ou Arial 11.

Nome completo do autor
Título: subtítulo
Presidente da banca (Orientador): Prof. Dr. _____
BANCA EXAMINADORA
Prof. Dr. _____
Prof. Dr. _____
Aprovada em: ___/___/___

Dedicatória

Folha opcional, na qual o aluno dedica ou presta homenagem pela realização de seu trabalho. Deverá ser digitada com fonte Times New Roman 12 ou Arial 11.

Agradecimentos

Folha opcional, destinados às pessoas ou instituições que tiveram contribuição na realização do trabalho. Deverá ser digitada com fonte Times New Roman 12 ou Arial 11.

No caso de trabalhos de pesquisa que receberam apoio financeiro de órgãos de fomento, ou instituições, os agradecimentos deverão ser feitos de forma obrigatória. Caso contrário são opcionais.

Sumário

Sumário (Times New Roman 14 ou Arial 13)	
1. Artigo Científico 1	XX
2. Artigo Científico 2	XX
3. Apêndice	XX
4. Anexos	XX
	
Times New Roman 12 ou Arial 11, Espaçamento 1,5	

Elementos Textuais

É a parte do trabalho em que o assunto é apresentado e desenvolvido.

Artigo Científico

Deverá ser apresentado artigo científico completo (Título, Nome dos Autores, Resumo, Abstract, Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Conclusões e Referências), e de acordo com as normas da Revista Científica a ser encaminhado.

Elementos Pós-textuais

Apêndice

Documentos que são de sua própria autoria.

Deverão ser apresentados neste capítulo as Tabelas originais que não foram colocadas no artigo e sejam importantes na apresentação do trabalho (segundo determinação do orientador).

No caso de dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, o segundo artigo considerado como requisito para a defesa, caso não esteja relacionado à metodologia aplicada ao trabalho, deverá constar no apêndice.

Anexo

Documentos de autoria de terceiros.

Deverão ser anexados os documentos que o aluno e o orientador considerem importantes.

Sempre que tratar-se de trabalho experimental em animais ou seres humanos, a aprovação do Comitê de Ética deverá ser anexada.

O endereço eletrônico com as normas de publicação da Revista Científica para a qual o(s) artigo(s) será(ao) enviado(s) também deverão ser anexadas.

Considerações Finais

- O texto deverá ser impresso sobre papel branco opaco, em formato A4 (210 x 297mm, de 75 gr/m²), em disposição vertical. A impressão deverá sempre ser feita apenas num lado da folha de papel.
- O trabalho pode ser entregue em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.
- As margens deverão ser configuradas em: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm.
- Os elementos textuais do trabalho deverão ser redigidos conforme normas da revista. Caso não seja especificado, deverá ser com fonte Arial 11 ou Times New Roman 12, alinhamento justificado e espaçamento duplo, cor preta. Os títulos dos capítulos deverão ser redigidos com fonte Times New Roman 14 e Arial 13.
- As notas de rodapé deverão ser redigidas com fonte Times New Roman 10 ou Arial 9.
- A primeira linha de cada parágrafo de texto deverá estar aproximadamente a 1,5cm da margem esquerda.
- Palavras em língua estrangeira deverão ser colocadas entre aspas ou em itálico.
- A numeração das páginas será identificada no canto superior direito a partir do artigo científico, contudo os elementos pré-textuais também deverão ser incluídos na contagem, a partir da folha de rosto do trabalho.
- As folhas dos elementos pré-textuais deverão ser numeradas de maneira contínua e a paginação deve dar segmento à do texto principal.
- As figuras (tabelas, gráficos, quadros) deverão ser numeradas de forma consecutiva em todo o texto.
- Para fins de apresentação, as figuras (gráficos, quadros) deverão estar centralizadas e as legendas abaixo das mesmas (Mesmo que a revista peça o envio das

imagens em arquivo separado, fora do word). O tamanho das figuras deverá ser padronizado em todo o trabalho.

Figura 1 –

- As tabelas deverão estar centralizadas e as legendas acima das mesmas.

Tabela 1 –

- No texto, ao se referir às figuras (tabelas, gráficos, quadros) utilizar: (Figura 1).
- Citações de produtos comerciais deverão indicar, entre parênteses, a origem dos mesmos. Exemplo: Implante cone Morse (Neodent, Curitiba, Brasil).
- **Recomenda-se a correção gramatical do texto por profissional qualificado antes da entrega final do trabalho.**
- No caso de programa de Mestrado Profissional, o aluno terá que se submeter a um exame de Qualificação antes de encaminhar a solicitação de defesa. O assunto a ser abordado no exame será o mesmo da dissertação. **Pode ser realizada a Qualificação do projeto de pesquisa, nos 8 primeiros meses do curso ou da dissertação completa, ao final do curso.** A banca será composta por três professores doutores do programa e/ou professor visitante, sendo necessário que o aluno entregue aos professores componentes da banca cópias do trabalho, encadernadas em espiral, com antecedência mínima de 15 dias do exame. **O aluno não deve esquecer de trazer uma cópia para utilização própria durante o exame de qualificação.**
- Para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação, e Dissertação ou Monografia, dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, os alunos deverão entregar na Secretaria Acadêmica, **30 dias antes do exame**, 3 (três) cópias do trabalho a ser avaliado, encadernadas em espiral. A dissertação deverá, antes da entrega, ser avaliada pela Biblioteca.
- Para a liberação da documentação do candidato – Ata da Defesa, certificado, histórico escolar e declarações – o candidato deve, no máximo, **2 semanas** após a defesa, entregar cópia em Word e pdf do trabalho devidamente corrigido e aprovado pelo orientador na Biblioteca.

Bibliografia consultada e recomendada:

- Patrias K. Citing medicine: the NLM style guide for authors, editors, and publishers [Internet]. 2nd ed. Wendling DL. technical editor. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US). 2007 [citado 2007 Jan 10]. Disponível em: <http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine>
- Estrela E Metodologia Científica – Ensino e Pesquisa em Odontologia. São Paulo: Artes Médicas; 2001.
- Munhoz Jr E. Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a periódicos biomédicos: escrevendo e editando para publicações biomédicas. Epidemiol Serv Saúde. 2006;15(1):7-34.
- Guimarães CA. Normas para manuscritos submetidos às revistas biomédicas: escrita e edição da publicação biomédica (tradução integral do texto). Rev Col Bras Cir. [Internet]. 2006 Out [citado 2008 Jan 11];33(5):318-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v33n5/v33n5a13.pdf>
- Rother ET, Braga MER. O novo estilo de Vancouver: o que mudou nas referências. Arq Bras Oftalmol. [Internet]. 2004 Ago [citado 2008 Jan 11];67(4):692-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abo/v67n4/21423.pdf>.
- Universidade Federal do Paraná. Normas para apresentação de documentos científicos. Sistema de Bibliotecas. 2.ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007. 9v: il.

ANEXO

Tradução das Recomendações básicas para submissão de manuscritos em revistas da área biomédica: Redação e editoração para publicações biomédicas (atualizado em outubro de 2008)

Publicação Ética: Patrocínio, autoria e responsabilidade.

Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas

I. Objetivo

- A. Sobre as “Recomendações básicas”
- B. Usuários potenciais das “Recomendações básicas”
- C. Como usar as “Recomendações básicas”

II. Considerações éticas na condução e descrição da pesquisa

- A. Autoria e Colaboração
 - 1. Autores do artigo
 - 2. Colaboradores listados nos agradecimentos
- B. Editoria
 - 1. O papel do editor
 - 2. Liberdade editorial
- C. Revisão pelos pares (*Peer review*)
- D. Conflitos de interesse
 - 1. Potenciais conflitos de interesse relacionados ao compromisso individual dos autores
 - 2. Potenciais conflitos de interesse relacionados ao financiamento de projetos
 - 3. Potenciais conflitos de interesse relacionados ao comprometimento dos editores, equipe das revistas ou revisores

- E. Privacidade e Confidencialidade
 - 1. Pacientes e participantes do estudo
 - 2. Autores e revisores

- F. Proteção de indivíduos e animais na Pesquisa

- III. Publicação e detalhes editoriais relacionados à publicações em revistas biomédicas
 - A. Obrigação de publicação de resultados negativos

 - B. Correções, retratações e “Expressão de preocupações”

 - C. Direitos autorais

 - D. Sobreposição de publicações
 - 1. Artigos submetidos mais de uma vez

 - 2. Publicação redundante

 - 3. Publicação secundária aceitável

 - 4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo
 - a. Diferenças em análise ou interpretação
 - b. Diferenças nos métodos e resultados relatados

 - 5. Manuscritos concorrentes baseados na mesma base de dados

 - E. Correspondência

 - F. Suplementos, Edições temáticas e Séries especiais

 - G. Publicação eletrônica

 - H. Publicidade

- I. Revistas médicas e Mídia geral
 - J. Obrigação de registro de estudos clínicos

 - IV. Preparação do manuscrito e submissão
 - A. Preparando um manuscrito para submissão em revista biomédica
 - 1. Princípios gerais
 - a. Guias para desenhos específicos de estudos
 - 2. Página de título
 - 3. Página de notificação de conflito de interesse
 - 4. Resumo e Palavras chave
 - 5. Introdução
 - 6. Métodos
 - a. Seleção e descrição dos participantes
 - b. Informação técnica
 - c. Estatística
 - 7. Resultados
 - 8. Discussão
 - 9. Referências
 - a. Considerações gerais relacionadas a referências
 - b. Estilo e formato das referências
 - 10. Tabelas
 - 11. Ilustrações (figuras)
 - 12. Legendas das ilustrações (figuras)
 - 13. Unidades de medida
 - 14. Abreviações e símbolos
 - B. Enviando o manuscrito a Revista
-
- V. Referências
 - A. Referências citadas nesse documento
 - B. Outras fontes de informação relacionadas à Revistas da área Biomédica
-
- VI. Sobre o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas
-
- VII. Autores das “Recomendações básicas”

VIII. Uso, Distribuição e tradução das “Recomendações básicas”

IX. Informações

I – Objetivo

I.A. Sobre as “Recomendações básicas”

Um pequeno grupo de editores de revistas médicas se reuniu informalmente em Vancouver, Columbia Britânica, em 1978, para estabelecer guias para a formatação dos manuscritos submetidos as suas revistas. Esse grupo se tornou conhecido como grupo de Vancouver. Os requisitos para os manuscritos, incluindo formatos para referências bibliográficas desenvolvidos pela Biblioteca Nacional de Medicina (NLM), foram pela primeira vez publicada em 1979. O grupo de Vancouver se expandiu e se tornou o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (ICMJE), que se reúne anualmente. O ICMJE foi gradualmente ampliando suas considerações para incluir princípios éticos relacionados às publicações em revistas médicas.

O ICMJE já produziu várias edições das **Recomendações básicas para submissão de manuscritos para revistas da área biomédica**. Com o passar dos anos, considerações que vão além da preparação do manuscrito foram propostas, resultando no desenvolvimento de **Recomendações Diferenciadas** da política editorial. O documento inteiro foi revisado em 1997; secções foram atualizadas em maio de 1999 e maio de 2000. Em maio de 2001 o ICMJE revisou as secções relacionadas a conflitos de interesse potenciais. Em 2003, o comitê revisou e reorganizou todo o documento e incorporou as **Recomendações Diferenciadas** no texto. O Comitê preparou essa revisão em 2008.

O conteúdo completo das **Recomendações básicas para submissão de manuscritos para revistas da área biomédica** pode ser reproduzido para propósitos educacionais sem problemas de direitos autorais; o comitê encoraja a distribuição do material.

As revistas que concordam em usar as “**Recomendações básicas**” são encorajadas a estabelecer em suas instruções aos autores que seus requisitos estejam em acordo com as “**Recomendações básicas**” e citar esta versão. Revistas que desejam ser listada no www.ICMJE.org como publicações que seguem as “**Recomendações básicas**” devem entrar em contato com a secretaria.

O ICMJE é um grupo pequeno de revistas médicas gerais, não uma organização com abertura para sócios. Ocasionalmente o ICMJE pode convidar um novo membro

ou convidado quando o comitê sentir que a revista ou organização vai precisar de uma nova perspectiva. Algumas organizações abertas de editores e outras publicações biomédicas incluem o World Association of Medical Editors www.wasme.org e o Council of Science Editors www.councilofscienceeditors.

I.B. Usuários potenciais dos “Requisitos padronizados”

O ICMJE criou as “**Recomendações básicas**” primeiramente para ajudar os autores e editores na criação e distribuição precisa, clara, acessível dos relatos de estudos biomédicos. As seções iniciais se relacionam aos princípios éticos relacionados ao processo de avaliação, aperfeiçoamento e publicação dos manuscritos em revistas biomédicas e das relações entre os editores e autores, revisores, e a mídia. As últimas seções se relacionam mais aos aspectos técnicos da preparação e submissão dos manuscritos. O ICMJE acredita que todo o documento é relevante tanto para os autores como editores.

As “**Recomendações básicas**” podem fornecer muitas outras informações para revisores, editores, a mídia, pacientes e suas famílias, e leitores em geral, com visões úteis no processo editorial e de autoria biomédica.

I.C. Como usar as “Recomendações básicas”

As “**Recomendações básicas**” estabelecem os princípios éticos na condução e relato de pesquisas e provê recomendações em relação a elementos específicos de editoração e escrita. Essas recomendações baseiam-se fortemente na experiência compartilhada de um número moderado de autores e editores, acumulada em vários anos, mais que nos resultados de investigações metodológicas e planejadas que ambicionam ser “baseadas em evidências”. Sempre que possível, recomendações são acompanhadas de razões que as justificam; sendo assim, o documento serve para um propósito educacional.

Autores vão achar útil seguir as recomendações destes documentos sempre que possível porque, conforme descrito nas explicações, dessa forma melhoram a qualidade e clareza dos manuscritos submetidos a qualquer revista, assim como facilitam a editoração. Ao mesmo tempo, toda revista tem requisitos editoriais unicamente estabelecidos para seus propósitos. Assim, os autores precisam se familiarizar com as **Instruções para Autores** da revista específica que escolheram para publicação – por exemplo, os tópicos adequados para o jornal, e os tipos de artigos que podem ser submetidos (por exemplo, artigos originais, revisões, relatos de casos) – e devem seguir estas instruções.

II. Considerações éticas na condução e descrição da pesquisa

II.A. Autoria e Colaboração

II.A.1. Autores do artigo

É considerado um “autor” alguém que fez colaborações intelectuais substanciais ao estudo publicado, e a autoria biomédica continua tendo importantes implicações acadêmicas, sociais e financeiras (1). No passado, os leitores raramente eram informados sobre colaborações nos estudos das pessoas listadas como autores ou listadas nos agradecimentos (2). Algumas revistas atualmente requerem e publicam informações sobre as colaborações de cada pessoa nomeada como tendo participado de um manuscrito submetido, pelo menos em pesquisas originais. Editores são fortemente encorajados a desenvolver e programar uma política de contribuição, assim como uma política de identificação de quem é responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Apesar das políticas de colaboração e garantia obviamente removerem muito da ambigüidade em relação às contribuições, ainda permanece não resolvida à questão da quantidade e qualidade da contribuição que qualificam a autoria. O ICJME tem recomendado os seguintes critérios para autoria; esses critérios ainda são apropriados para revistas que distinguem autores de outros colaboradores.

- Crédito de autoria deve ser baseado em 1) colaboração substancial a concepção e desenho, aquisição de dados, ou análise e interpretação dos dados; 2) delineamento do artigo ou revisão crítica do conteúdo intelectual importante; e 3) aprovação final da versão a ser publicada. Os autores devem estar encaixados nas condições 1, 2 e 3.

- Quando um grupo grande, multicêntrico conduziu o trabalho, o grupo deve identificar quais indivíduos que aceitam responsabilidade direta sobre o manuscrito (3). Esses indivíduos devem preencher completamente os critérios de autoria e colaboração definidos anteriormente e os editores devem pedir a esses indivíduos que assinem uma declaração de autoria específica da revista assim como formulários de revelação de conflito de interesses. Ao submeter um manuscrito com autoria de um grupo, o autor para o qual será enviada correspondência deve claramente indicar a citação preferida e identificar todos os autores assim como o nome do grupo. Revistas geralmente listam outros membros do grupo no Agradecimentos. O NLM (National Library of Medicine) indexa o nome do grupo e o nome dos participantes que o grupo

identificou como sendo diretamente responsáveis pelo manuscrito; também é listado o nome dos colaboradores se eles estiverem listados nos Agradecimentos.

- Obtenção de financiamento, coleta de dados, ou supervisão geral do grupo de pesquisa por si só não constituem autoria.

- Todos os indivíduos considerados como autores devem estar qualificados para autoria, e todos os qualificados devem estar relacionados.

- Cada autor deve ter participação suficiente no trabalho para tornar pública a responsabilidade pelo conteúdo.

Algumas revistas atualmente também solicitam que um ou mais autores sejam identificados como “responsáveis”, pessoas que se responsabilizam pela integridade do trabalho como um todo, do início à publicação do artigo, e publiquem tal informação.

Ainda, a autoria de estudos multicêntricos é atribuída ao grupo. Todos os membros do grupo que são nomeados como autores devem preencher os critérios relacionados acima em relação a autoria e contribuição.

O grupo deve tomar as decisões em conjunto sobre os autores/colaborador, antes de submeter o manuscrito à publicação. O autor para correspondência deve estar preparado para explicar a presença e ordem desses indivíduos. Não é papel dos editores tomar decisões em relação à autoria ou conflitos arbitrários relacionados à autoria.

II.A.2. Colaborações listadas nos agradecimentos

Todos que contribuíram e não se incluem nos critérios para autoria devem ser listados na seção de agradecimentos. Exemplos daqueles que devem ser agradecidos incluem uma pessoa que colaborou com ajuda puramente técnica, assistência para redação, ou um chefe de departamento que deu suporte geral. Os editores geralmente pedem que os autores declarem se tiveram assistência no delineamento do estudo, coleta de dados, análise de dados ou preparação do manuscrito. Se houver tal assistência, os autores devem informar a identidade dos indivíduos que ajudaram e a entidade que deu suporte no artigo publicado. Suporte financeiro ou de material também deve constar nos agradecimentos.

Grupos de pessoas que colaboraram para o artigo, mas cujas contribuições não caracterizem autoria, devem estar listadas como “pesquisadores clínicos” ou “pesquisadores participantes” e suas funções e colaborações devem estar descritas – por exemplo, “serviu como conselheiro científico”, “revisou criticamente os objetivos do estudo”, “coletou os dados” ou “forneceu e atendeu os pacientes do estudo”. Como os

leitores podem supor sua confirmação dos dados e conclusões, essas pessoas devem fornecer uma permissão por escrito para fazerem parte dos agradecimentos.

II.B. Editoria

II.B.1. O papel do editor

O editor de uma revista é a pessoa responsável por todo o seu conteúdo. Donos e editores de revistas médicas têm um esforço comum – produção de uma revista confiável, possível de ler, com respeito obrigatório aos objetivos estabelecidos pela revista e por seus custos. Contudo, os donos e editores têm funções diferentes. Os donos têm o direito de contratar e demitir e tomar importantes decisões comerciais nas quais os editores devem estar o mais envolvidos possível. Editores têm total autoridade para determinação do conteúdo editorial da revista. O conceito de liberdade editorial deve ser definitivamente defendido pelos editores. Para assegurar esta liberdade na prática, o editor deve ter acesso direto ao nível mais elevado de autonomia, e não como supervisor.

Editores de revistas médicas devem ter um contrato que estabeleça claramente seus direitos e responsabilidades, os termos gerais da nomeação e os mecanismos para resolução de conflitos.

Um consultor editorial independente pode ser útil para ajudar o editor a estabelecer e manter a política editorial.

II.B.2. Liberdade editorial

O ICMJE adota a definição de liberdade editorial da Associação Mundial de Editores Médicos. De acordo com esta definição, liberdade editorial, ou independência é o conceito que editores-chefe tem total autoridade sobre o conteúdo editorial de suas revistas e o momento de publicação do conteúdo. Donos de revistas não devem interferir diretamente na avaliação, seleção, ou editoração de artigos, nem criar uma atmosfera que influencie nas decisões. Os editores devem basear suas decisões na validade do trabalho e sua importância aos leitores da revista e não no sucesso comercial da revista. Editores devem ter liberdade para expressar visões críticas, porém responsáveis, de todos os aspectos da área médica, sem temer críticas, mesmo quando estas visões estão em conflito com os objetivos comerciais do publicante. Editores e organizações editoriais tem obrigação de suportar o conceito da liberdade editorial e atrair atenção das principais transgressões de tal liberdade para a atenção das comunidades médicas internacionais, acadêmicas e jurídicas.

II.C. Revisão pelos pares

Avaliação imparcial, independente e crítica é uma parte intrínseca de todos os trabalhos acadêmicos, incluindo o processo científico. A revisão pelos pares é uma avaliação crítica dos manuscritos submetidos a revistas, realizada por *experts* que não fazem parte do conselho editorial. A revisão pelos pares pode ser considerada como uma importante extensão do processo científico. Apesar de o seu valor real ter sido pouco estudado e muito debatido (4), a revisão pelos pares ajuda os editores a decidir se os manuscritos são adequados às suas revistas, e ajuda os autores e editores a melhorar a qualidade do trabalho. Uma revista com revisão pelos pares, submete a maioria dos seus trabalhos de pesquisa publicados para revisores externos. O número e tipos de revisores, os procedimentos de revisão, e a utilização das opiniões dos revisores deve variar. A fim de proporcionar transparência, cada revista deve publicamente informar suas políticas nas Instruções para os autores.

II.D. Conflitos de interesse

O público confia no processo de revisão e a credibilidade dos artigos publicados depende, em parte, de como se lida com os conflitos de interesse durante a escrita, da revisão e das decisões editoriais. O conflito de interesse existe quando um autor (ou a instituição do autor), revisor ou editor tem relações financeiras ou pessoais que influenciam de forma inadequada (tendenciosidade) suas ações (tais relações também são conhecidas como duplicidade de comprometimento, interesses conflitantes, lealdade de concorrência). Essas relações podem variar de negligenciáveis até elevado potencial para influenciar o julgamento. Nem todas as relações representam conflitos verdadeiros ou conflitos de interesse. Por outro lado, o potencial para conflitos de interesse pode existir independente do fato do indivíduo acreditar que a relação afeta seu julgamento científico. Relações financeiras (tais como emprego, consultorias, propriedade de ações, honorários e testemunho de *experts* pagos) são os conflitos de interesse mais facilmente identificáveis e os mais comuns para questionar-se a credibilidade de uma revista, os autores e da ciência propriamente dita. Contudo, conflitos podem ocorrer por outras razões, como relações pessoais, competições acadêmicas e paixão intelectual.

Todos os participantes de uma revisão e processo de publicação devem revelar todos os relacionamentos que podem ser vistos como potenciais conflitos de interesse. A revelação de tais relações também é importante em editoriais e artigos de revisão, porque pode ser mais difícil detectar tendenciosidades nestes tipos de publicações que em artigos de pesquisa originais. Os editores devem usar a informação revelada no

conflito de interesses e afirmações de interesse financeiro como base para as decisões editoriais. Editores devem publicar esta informação se eles acreditarem ser importante no julgamento do manuscrito.

II.D.1 Potenciais conflitos de interesse relacionados ao compromisso individual dos autores

Quando autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por revelar todo o interesse financeiro e relações pessoais que poderiam influenciar nas tendenciosidades de seu trabalho. Para evitar ambigüidades, os autores devem explicitar se existem ou não conflitos de interesse. Autores devem adicionar na folha de notificação conflito de interesse, que segue a página de título, detalhes adicionais, se necessário, numa carta que acompanhe o manuscrito (veja seção IV.A.3. Página de notificação de conflitos de interesse).

Autores devem identificar indivíduos que ajudaram na escrita ou qualquer outro tipo de assistência e revelar as fontes de recurso de assistência.

Pesquisadores devem revelar potenciais conflitos dos participantes do estudo, e devem estabelecer no manuscrito se houveram.

Os editores também precisam decidir publicar ou não as informações reveladas pelos autores sobre conflitos de interesse. Se houver dúvidas, é melhor optar pela publicação.

II.D.2 Potenciais conflitos de interesse relacionados ao financiamento de projetos

Cada vez mais, estudos individuais recebem financiamento de empresas comerciais, de fundações privadas e do governo. As condições deste financiamento têm o potencial para influenciar, e até mesmo, depreciar a pesquisa.

Os cientistas têm uma obrigação ética de submeter resultados de pesquisa confiáveis para publicação. Além disso, como pessoas diretamente responsáveis por seu trabalho, os pesquisadores não devem aceitar acordos que interfiram em seu acesso aos dados e em sua capacidade de analisá-los independentemente, para preparar manuscritos e para publicá-los. Os autores devem descrever o papel do financiador do estudo, se houver, no desenho do estudo; na coleta, análise e interpretação dos dados; na escrita do artigo; e na decisão de submeter o artigo para publicação. Se a fonte de financiamento não tiver tais envolvimento, os autores devem explicar. Tendenciosidades potencialmente introduzidas quando os financiadores estão diretamente envolvidos na pesquisa são análogas às tendenciosidades na metodologia.

Algumas revistas, portanto, escolhem incluir informações sobre o envolvimento do financiador na seção dos Métodos.

Os editores podem requisitar que os autores de um estudo financiado por uma agência com interesse de propriedade ou lucros assinem uma declaração como: “Eu tive total acesso a todos os dados neste estudo e me responsabilizo completamente pela integridade dos dados e exatidão da análise dos dados”. Os editores devem ser estimulados a revisar as cópias do protocolo e/ou contratos associados a estudos específicos do projeto antes de aceitarem tais estudos para publicação. O editor pode optar por não considerar um artigo se o financiador tiver requerido o controle sobre o direito do autor de publicação.

II.D.3 Potenciais conflitos de interesse relacionados ao comprometimento dos editores, equipe das revistas ou revisores

Os editores devem evitar selecionar revisores externos com evidente conflito de interesse em potencial, por exemplo, aqueles que trabalham no mesmo departamento ou instituição de qualquer um dos autores. Muitas vezes, os autores fornecem aos editores nomes de pessoas que não deveriam ser convidadas a revisar um manuscrito devido a possíveis conflitos de interesse, geralmente de ordem profissional. Quando possível, os autores devem ser convidados a explicar ou justificar suas preocupações; estas informações são importantes para o editor decidir de aceitar ou não o pedido dos autores.

Os revisores devem revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influenciar suas opiniões sobre o manuscrito, e recusar a revisão de manuscritos específicos se houver tendenciosidade potencial. Assim como no caso de autores, o silêncio por parte dos revisores em relação a conflitos em potencial pode significar que tais conflitos existem e eles não revelaram, ou que não existem conflitos. Dessa forma, os revisores devem ser convidados a declarar explicitamente se existem ou não conflitos. Os revisores não devem utilizar o conhecimento do trabalho, antes de sua publicação, para promover seus próprios interesses.

Editores que tomam decisões finais sobre manuscritos não devem ter nenhum envolvimento pessoal, profissional ou financeiro em qualquer um dos assuntos que eles poderiam julgar. Outros membros do corpo editorial, se participarem de decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atual de seus interesses financeiros (uma vez que possam estar relacionados a julgamentos editoriais) e recusarem-se a qualquer decisão nas situações nas quais haja um conflito de interesse. O corpo editorial não deve utilizar informações obtidas através do trabalho com

manuscritos para benefício próprio. Os editores devem publicar relatórios elucidativos regularmente sobre conflitos de interesse em potencial relacionados às incumbências do corpo editorial.

II.E. Privacidade e Confidencialidade

II.E.1 Pacientes e participantes do estudo

Pacientes têm direito à privacidade, que não deve ser violada sem o termo de consentimento informado. Informações sobre a identidade, incluindo nomes de pacientes, suas iniciais, ou números de prontuário não devem ser publicadas em descrições escritas, fotografias e genealogias, a não ser que a informação seja essencial aos objetivos científicos e o paciente (ou pais ou responsável) forneça um consentimento por escrito para publicação. O termo de consentimento informado para este propósito requer que o manuscrito a ser publicado seja apresentado a um paciente identificável. Os autores devem revelar a esses pacientes qualquer potencial de material de identificação que fique disponível na internet assim como em publicações impressas. O consentimento do paciente deve ser por escrito e deve ser arquivado tanto com a revista, como pelos autores ou por ambos, de acordo com as leis locais. As leis variam de localidade para localidade, e as revistas devem estabelecer suas próprias políticas com guias legais.

Detalhes não essenciais que possam levar à identificação devem ser omitidos se não forem essenciais. O termo de consentimento deve ser obtido caso haja qualquer dúvida sobre a possibilidade de manutenção do anonimato. Por exemplo, encobrir a região dos olhos em fotografias de pacientes é uma proteção inadequada de anonimato. Se características reconhecíveis forem alteradas para proteger o anonimato, tais como genealogias, os autores devem informar e os editores garantir que as alterações não interferem no significado científico.

O requerimento para o termo de consentimento deve ser incluído nas instruções aos autores da revista. Quando houver obtenção do termo consentimento, este deve ser indicado no artigo publicado.

II.E.2 Autores e revisores

Os manuscritos devem ser revisados respeitando o sigilo do autor. Ao submeter seus manuscritos para revisão, os autores confiam aos editores os resultados de seu trabalho científico e esforço criativo, dos quais podem depender sua reputação e carreira. Os direitos dos autores podem ser violados com a divulgação dos detalhes confidenciais durante a revisão de seus manuscritos. Os revisores também têm direito

ao sigilo, o qual deve ser respeitado pelo editor. O sigilo pode ser só pode ser quebrado se desonestidade ou fraude for alegada, mas do contrário deve ser respeitado.

Os editores não devem revelar informações sobre manuscritos (incluindo seu recebimento, conteúdo, “status” no processo de revisão, crítica do revisor, ou destino definitivo) para ninguém mais além dos autores e revisores. Isto inclui pedidos para uso dos materiais para procedimentos legais.

Os editores devem deixar claro para os seus revisores que os manuscritos enviados para revisão são informações privilegiadas e propriedade privada dos autores. Portanto, revisores e membros do corpo editorial devem respeitar os direitos dos autores, e não discutir publicamente o trabalho dos autores ou apropriar-se de suas idéias antes do manuscrito ser publicado. Os revisores não devem ter permissão para fazer cópias do manuscrito para seus arquivos pessoais e devem ser proibidos de compartilhá-lo com outros, exceto com a permissão do editor. Os revisores devem devolver ou destruir as cópias do manuscrito após entregar seus pareceres. Os editores não devem guardar cópias de manuscritos rejeitados.

Os comentários do revisor não devem ser publicados ou revelados sem a permissão do revisor, do autor e do editor.

As opiniões diferem quanto ao fato dos revisores permanecerem anônimos. Os autores devem consultar as informações aos autores da revista que eles escolheram para saber se as revisões são anônimas. Quando os comentários não estiverem assinados, a identidade do revisor não deve ser revelada ao autor ou a qualquer outra pessoa sem a permissão do revisor.

Algumas revistas científicas publicam os comentários dos revisores junto com o manuscrito. Tal procedimento não deve ser adotado sem o consentimento dos autores e revisores. Contudo, os comentários dos revisores devem ser enviados a outros revisores do mesmo manuscrito, o que ajuda os revisores a ter conhecimento sobre o processo de revisão. Os revisores devem ser notificados da decisão do editor em publicar ou não o manuscrito.

II.F. Proteção de indivíduos e animais na Pesquisa

Ao relatar experimentos com seres humanos, os autores devem indicar se os procedimentos seguidos estavam de acordo com os padrões éticos do comitê responsável por experimentação humana (institucional ou nacional) e com a Declaração de Helsinki de 1975, conforme revisada em 2000 (5). Se houver dúvida quanto ao fato de a pesquisa ter sido conduzida de acordo com a Declaração de Helsinki, os autores devem explicar as razões para sua abordagem, e demonstrar que o corpo de revisão

institucional aprovou explicitamente os aspectos duvidosos do estudo. Ao relatar experimentos com animais, os autores devem indicar se o guia nacional e institucional para uso e cuidados com animais de laboratório foi seguido.

III. Publicação e detalhes editoriais relacionados à publicações em revistas biomédicas

III.A. Obrigação de publicação de resultados negativos

Editores devem considerar seriamente a publicação de qualquer estudo feito cuidadosamente sobre uma questão importante, relevante a seus leitores, independente dos resultados primários ou não sejam estatisticamente significantes. Falhas na submissão e publicação de estudos sem resultados estatisticamente significantes são um importante fator de tendenciosidade na publicação.

III.B. Correções, retratações e “Expressão de preocupações”

Editores devem considerar inicialmente que os autores estão relatando trabalhos baseados em observações reais. No entanto, dois tipos de dificuldades podem surgir.

Primeiro erros podem ser observados em artigos publicados que requerem a publicação de uma correção ou errata de parte do trabalho. As correções devem aparecer numa página numerada, ser listadas na página dos conteúdos, incluírem a versão original completa, e apresentar um “link” para o artigo original e vice-versa, se publicado on-line. É possível que um erro seja tão sério a ponto de invalidar o trabalho por inteiro, mas isto é improvável e deve ser resolvido por editores e autores de forma individual. Tal erro não deve ser confundido com inexatidões trazidas à tona pelo surgimento de novas informações científicas no curso normal de uma pesquisa. Tal situação não requer correções ou retratações.

O segundo tipo de dificuldade é a fraude científica. Se houver qualquer dúvida substancial sobre a honestidade ou integridade do trabalho, tanto submetido como publicado, é responsabilidade do editor assegurar que a questão seja acompanhada adequadamente, geralmente pela instituição financiadora dos autores. Entretanto, não é tarefa de editores conduzir uma investigação completa ou tomar uma decisão, tal responsabilidade é da instituição onde o trabalho foi realizado ou da agência financiadora. O editor deve ser prontamente informado da decisão final, e se um artigo fraudulento tiver sido publicado, a revista deve publicar uma retratação. Se este método de investigação não resultar numa conclusão satisfatória, o editor pode escolher conduzir sua própria investigação. Como uma alternativa à retratação, o editor pode

escolher publicar uma nota de preocupação sobre aspectos da condução ou integridade do trabalho.

A retratação ou a nota de preocupação espontânea deve aparecer numa página numerada numa seção importante da revista impressa bem como na versão “on-line”, ser listada na página dos conteúdos e incluir em seu cabeçalho o título do artigo original. Não deve ser simplesmente uma carta ao editor. Idealmente o primeiro autor da retratação deve ser o mesmo do artigo, embora sob certas circunstâncias o editor pode aceitar retratação de outros responsáveis. O texto da retratação deve explicar por que o artigo está sendo retratado e incluir uma referência da citação original completa.

A validade de um trabalho anterior realizado pelo autor de um artigo fraudulento não pode ser aceita sem antes ser checada. Os editores podem pedir que a instituição do autor assegure a validade de trabalhos anteriores publicados em suas revistas ou retratá-los. Se isto não for feito, os editores podem optar por publicar uma comunicação expressando preocupação sobre a validade do trabalho publicado anteriormente ser incerta.

Editores que tem dúvidas relacionadas a falhas na conduta editorial ou científica podem consultar os excelentes dados que o Comitê sobre Ética em Publicações (COPE) desenvolveu (www.publicationethics.org.uk). O COPE foi formado em 1997, e é um fórum no qual editores de revistas podem discutir assuntos relacionados à integridade dos registros científicos; ele suporta e encoraja editores a relatar, catalogar e instigar investigações sobre problemas éticos no processo de publicação. O maior objetivo do COPE é fornecer aos editores dados de como lidar com possíveis falhas em ética em pesquisas e publicações.

III.C. Direitos autorais

Muitas revistas biomédicas pedem que os autores cedam os direitos autorais à revista. Entretanto, um número crescente de revistas de “acesso aberto” não requer a transferência dos direitos autorais à revista. Os editores devem deixar clara sua posição em relação à cessão de direitos autorais para autores e outros que possam se interessar em usar o conteúdo editorial de sua revista. O *status* dos direitos autorais de artigos numa determinada revista científica pode variar: a alguns conteúdos não são assegurados os direitos autorais (por exemplo, artigos escritos por funcionários dos Estados Unidos e outros governos no decorrer de seu trabalho); editores podem concordar em abrir mão de direitos autorais em outros; ainda, outros podem estar

protegidos sob direitos seriais (ou seja, é permitido o uso em publicações que não sejam revistas, incluindo publicações eletrônicas).

III.D. Sobreposição de publicações

III.D.1 Artigos submetidos mais de uma vez

A maioria das revistas biomédicas não aceitará manuscritos que estejam sendo simultaneamente avaliados por outras revistas. Entre as principais considerações que têm levado a esta política estão: 1) o potencial de discordância entre duas (ou mais) revistas ao reivindicar o direito de publicar um manuscrito que foi simultaneamente submetido a mais de uma revista; e 2) a possibilidade de que duas ou mais revistas farão, sem saber e desnecessariamente, o trabalho de revisão e edição do mesmo manuscrito, e publicar o mesmo artigo.

No entanto, editores de diferentes revistas podem decidir por publicar conjuntamente ou simultaneamente um artigo se eles acreditarem que fazer isto é de interesse para a saúde pública.

III.D.2 Publicação redundante

Publicação redundante (ou duplicada) é a publicação de um artigo que se sobrepõe substancialmente com outro já publicado em mídia impressa ou eletrônica.

Leitores de periódicos de fonte primária, tanto impressos como eletrônicos, merecem poder acreditar que o que eles estão lendo é original, a menos que haja uma declaração clara de que o artigo está sendo republicado por escolha do autor e do editor. As bases desta posição são leis de direitos autorais internacionais, conduta ética, e uso apropriado de recursos financeiros. Publicações duplicadas de uma pesquisa original são particularmente problemáticas, já que podem resultar em contagem dupla negligente, ou gerar um peso inadequado dos resultados de um único estudo, levando à distorção das evidências disponíveis.

A maioria das revistas científicas não deseja receber artigos sobre um trabalho que já tenha sido relatado em grande parte num artigo publicado ou que esteja contido num outro artigo que tenha sido submetido ou aceito para publicação em qualquer outro lugar, em mídia impressa ou eletrônica. Esta política não impede a revista de considerar um artigo que tenha sido rejeitado por outra revista, ou o relato completo após a publicação de um relato preliminar, tal como um resumo ou pôster exibido em eventos profissionais. Também não impede que a revista considere um artigo que tenha sido apresentado num evento científico mas não publicado na íntegra ou que esteja sendo avaliado para publicação em anais ou formatos semelhantes. Relatos breves impressos

de eventos geralmente não serão considerados como quebra desta regra, mas podem ser se os dados adicionais ou cópias de tabelas e ilustrações ampliarem tais relatos. O ICMJE não considera resultados anunciados em dados de investigações clínicas como publicação anterior se os resultados estiverem apresentados nos mesmos, se houver dados do ICMJE no registro inicial de métodos de pesquisas e se os resultados estão anunciados na forma de resumo estruturado ou tabela. ICMJE também acredita que o registro dos resultados deve tanto citar publicações completas dos resultados quando disponíveis ou incluir uma notificação que indique que os resultados ainda não foram publicados ou revisados pela revista.

Ao submeter um artigo, o autor deve sempre fazer uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatos anteriores (incluindo apresentação em congressos e envio de resultados a bancos de dados) que possam ser considerados como publicação redundante ou duplicada do mesmo trabalho. O autor deve alertar o editor se o manuscrito inclui assuntos sobre os quais os autores tenham publicado um relato anterior ou tenham submetido um relato relacionado a outra publicação. Qualquer um destes relatos deve citar e ser citado no novo artigo. Cópias de tal material devem ser incluídas com o artigo submetido para ajudar o editor a decidir como lidar com o assunto.

Caso haja uma publicação redundante ou duplicada, e se isto ocorrer sem tal notificação, os autores devem esperar que uma ação editorial seja realizada. Pelo menos, deve ser esperada a rejeição imediata do manuscrito. Se o editor não estiver ciente das violações e o artigo já tiver sido publicado, então o aviso sobre publicação redundante ou duplicada provavelmente será publicado com ou sem a explicação ou aprovação do autor.

Relatos preliminares à mídia pública, agências governamentais ou produtores, descritas num artigo ou carta ao editor que tenha sido aceita, mas ainda não publicada, violam a política de muitas revistas. Tal relato pode ser justificado quando o artigo ou carta ao editor descrever importantes avanços terapêuticos ou riscos à saúde pública, tais como sérios efeitos adversos de drogas, vacinas, outros produtos biológicos, aparelhos medicinais, ou doenças relatadas. Este relato não deve impedir a publicação, mas deve ser previamente discutido e combinado com os editores.

III.D.3 Publicação secundária aceitável

Certos tipos de artigos, como normas produzidas por agências governamentais e organizações profissionais, podem precisar atingir a maior audiência possível. Em tais situações os editores podem escolher publicar deliberadamente um material que

também está sendo publicado em outras revistas, com a concordância dos autores e editores destas outras revistas. Publicação secundária, por várias outras razões, na mesma ou em outra língua, principalmente em outros países, é justificável e pode ser benéfica desde que todas as seguintes condições sejam alcançadas.

1. Os autores receberam aprovação dos editores de ambas as revistas; o editor interessado na publicação secundária deve ter uma fotocópia, separata, ou manuscrito da primeira versão.
2. A prioridade da publicação primária é respeitada por um intervalo de publicação de pelo menos uma semana (a não ser que especificamente negociado por ambos editores).
3. O artigo para publicação secundária é direcionado a um grupo de leitores diferentes; uma versão resumida pode ser suficiente.
4. A versão secundária reflete fielmente os dados e interpretações da primeira versão.
5. O rodapé na página de título da versão secundária informa aos leitores, revisores, e agências de documentação que o artigo foi publicado na íntegra ou em parte e menciona a primeira referência. Um rodapé apropriado seria: "Este artigo é baseado num estudo anteriormente publicado em (título da revista com referência completa)".

A permissão para tal publicação secundária deve ser gratuita.

6. O título da publicação secundária deve indicar que se trata de uma publicação secundária (republicação completa, republicação reduzida, tradução completa, ou tradução reduzida) de uma publicação primária. É importante notar que a Biblioteca Nacional de Medicina não considera traduções como "republicações", e não cita ou indexa traduções quando o artigo original foi publicado em uma revista indexada na MEDLINE.
7. Editores de revistas simultaneamente publicadas em várias línguas devem entender que a NLM indexa a versão da língua principal. Quando o texto completo de um artigo aparece em mais que uma língua numa revista (como as revistas canadenses que publicam os artigos tanto em inglês como em francês), ambas as línguas são indicadas no MEDLINE (por exemplo, Mercer K. The relentless challenge in health care. *Healthc Manage Fórum*. 2008 Summer; 21(2): 4-5. English, French. No abstract available. PMID: 18795553.).

III.D.4 Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo

A publicação de manuscritos para propagar disputas de co-investigadores pode desperdiçar espaço da revista e confundir os leitores. Por outro lado, se editores conscientemente publicarem um manuscrito escrito por apenas alguns de um grupo de

colaboradores, eles podem estar negando ao resto da equipe seus direitos legítimos de co-autoria e aos leitores da revista o acesso a diferenças autênticas de opiniões sobre a interpretação de um estudo.

Dois tipos de submissão concorrente podem ser considerados: submissões por colaboradores que discordam da análise e interpretação de seu estudo, e submissões por colaboradores que discordam a respeito dos fatos e dados que deveriam ser relatados.

Independente da questão não resolvida da posse dos dados, as seguintes observações gerais podem ajudar os editores e outros a lidarem com estes problemas.

III.D.4.a Diferenças em análise ou interpretação

Se a disputa estiver centrada na análise ou interpretação dos dados, os autores devem submeter um manuscrito que apresente claramente ambas as versões. A diferença de opinião deve ser explicada numa carta de encaminhamento. O processo normal de revisão editorial pode ajudar os autores a resolver suas divergências em relação à análise ou interpretação.

Se a disputa não puder ser resolvida e o estudo merecer a publicação, ambas as versões devem ser publicadas. As opções incluem publicar dois artigos sobre o mesmo estudo, ou um único artigo com duas análises ou interpretações. Nestes casos, é apropriado que o editor publique uma declaração descrevendo a divergência e o envolvimento da revista em tentativas de solucioná-la.

III.D.4.b Diferenças nos métodos e resultados relatados

Se a disputa estiver centrada em opiniões diferentes sobre o que realmente foi feito ou observado durante o estudo, o editor da revista deve recusar a publicação até que o problema seja resolvido. Não se pode esperar que a revisão resolva tais problemas. Se houver alegações de desonestidade ou fraude, os editores devem informar às autoridades apropriadas; ou os autores devem ser notificados da intenção de um editor em relatar uma suspeita de conduta imprópria na pesquisa.

III.D.5 Manuscritos concorrentes baseados na mesma base de dados

Em algumas ocasiões os editores recebem manuscritos de grupos de pesquisa separados que têm analisado o mesmo grupo de dados (por exemplo, de uma base de dados pública). Os manuscritos podem diferir quanto a seus métodos analíticos,

conclusões, ou ambos. Cada manuscrito deve ser considerado separadamente. Quando as interpretações dos dados forem muito semelhantes é sensato, mas não obrigatório que os editores dêem preferência ao manuscrito recebido primeiro. No entanto, a avaliação editorial de submissões múltiplas pode ser justificada nestas circunstâncias, e pode até haver uma boa razão para publicar mais de um manuscrito, já que diferentes abordagens analíticas podem ser complementares e igualmente válidas.

III.E Correspondência

O autor responsável é quem tem a responsabilidade de manter correspondência com a revista, mas o ICMJE recomenda que os editores enviem uma cópia de qualquer correspondência para todos os autores.

As revistas biomédicas devem oferecer a seus leitores um mecanismo para submissão de comentários, questões ou críticas sobre artigos publicados, bem como breves relatórios e comentários não relacionados a artigos previamente publicados. Isto provavelmente, mas não necessariamente, aparece na forma de uma seção ou coluna de correspondência. Os autores dos artigos discutidos em correspondência devem ter a oportunidade de resposta, preferencialmente no mesmo número em que a correspondência original aparecer. Os autores de correspondência devem ser solicitados a declarar quaisquer interesses concorrentes ou conflitantes.

Uma carta publicada pode ser editada com relação ao seu tamanho, correção gramatical, e estilo da revista. Alternativamente, os editores podem escolher publicar uma carta não editada, como por exemplo, em seções de resposta rápida na Internet. A revista deve declarar suas práticas editoriais com relação a isto. Os autores devem aprovar as alterações editoriais que interferem no significado ou tom de uma carta ou resposta. Em todos os casos, os editores devem se esforçar para filtrar afirmações mal educadas, imprecisas ou acusatórias, e não deve permitir *ad hominem* argumentos cuja intenção seja desacreditar opiniões ou descobertas.

Embora os editores tenham a prerrogativa de rejeitar correspondências que forem irrelevantes, desinteressantes, ou não convincentes, eles têm a responsabilidade de permitir que uma abrangência de opiniões seja expressa. A coluna de correspondência não deve ser usada apenas para promover o ponto de vista da revista ou do editor.

Para assegurar a imparcialidade e manter a correspondência dentro das proporções viáveis, as revistas podem estabelecer limites de tempo para a resposta a artigos e correspondências e para debater sobre um dado tópico. As revistas também devem decidir se elas notificarão os autores sobre quando uma correspondência sobre

seu trabalho publicado aparecerá na seção de resposta rápida ou padrão. As revistas também devem estabelecer uma política com relação ao arquivamento de correspondências não editadas que aparecem on-line. Estas políticas devem ser publicadas tanto na versão impressa como na versão eletrônica da revista.

III.F. Suplementos, Edições temáticas e Séries especiais

Suplementos são conjuntos de artigos que tratam de assuntos ou tópicos relacionados e são publicados numa edição separada da revista ou como parte de uma edição regular, e normalmente são financiados por outras fontes diferentes da editora da revista. Os suplementos podem servir a propósitos úteis: educação, troca de informação científica, fácil acesso ao conteúdo focado, e melhor cooperação entre entidades acadêmicas e corporativas. Uma vez que as fontes financiadoras podem influenciar o conteúdo dos suplementos por meio da escolha dos tópicos e pontos de vista, as revistas devem considerar a adoção dos seguintes princípios. Estes mesmos princípios se aplicam as edições temáticas ou séries especiais que tenham financiamento externo e/ou editores convidados.

1. O editor da revista deve ser totalmente responsável pela política, prática, e conteúdo de suplementos, inclusive o controle completo sobre a decisão de publicar todas as partes do suplemento. A edição pela fonte financiadora não deve ser permitida.
2. O editor da revista deve reter a autoridade de enviar manuscritos do suplemento para revisores externos e de rejeitar manuscritos submetidos para o suplemento. Estas condições devem ser conhecidas pelos autores e editores externos do suplemento antes de iniciarem o trabalho editorial do suplemento.
3. O editor da revista deve aprovar a indicação de qualquer editor externo do suplemento e responsabilizar-se pelo trabalho do editor externo.
4. As fontes de financiamento para a pesquisa, publicação, e os produtos da fonte financiadora, que forem considerados no suplemento, devem ser claramente estabelecidos e proeminentemente localizadas no suplemento, preferencialmente em cada página. Sempre que possível, o financiamento deve vir de mais de um patrocinador.
5. A propaganda em suplementos deve seguir as mesmas políticas do resto da revista.
6. Os editores da revista devem permitir que os leitores possam distinguir prontamente páginas editoriais comuns de páginas do suplemento.
7. Editores de revista e editores de suplementos não devem aceitar favores pessoais ou remuneração de patrocinadores de suplementos.

8. A publicação secundária em suplementos (republicação de artigos previamente publicados em outro lugar) deve ser claramente identificada pela citação do artigo original. Os suplementos devem evitar publicação redundante ou duplicada. Os suplementos não devem republicar resultados de pesquisa, mas a republicação de instruções ou outro material de interesse público pode ser apropriada.

9. Os princípios de autoria e revelação de potenciais conflitos de interesse enunciados em qualquer outra parte deste documento devem ser aplicados aos suplementos.

III.G. Publicações eletrônicas

A maioria das revistas biomédicas é atualmente publicada nas versões eletrônica e impressa, e algumas são publicadas apenas no formato eletrônico. Como a publicação eletrônica (que inclui a Internet) é a mesma coisa que publicação impressa, a fim de gerar clareza e coerência, as recomendações deste documento devem ser aplicadas para as informações médicas e da área de saúde publicadas na eletronicamente.

A natureza da publicação eletrônica requer algumas considerações especiais, tanto neste documento como além dele. No mínimo, *websites* devem indicar o seguinte: nomes, credenciais apropriadas, filiações e conflitos de interesse relevantes de editores, autores e colaboradores; documentação e atribuição de referências e fontes para todo conteúdo; informação sobre direitos autorais; revelação da propriedade do site; e divulgação de patrocínio, publicidade e financiamento comercial.

Link de um site médico ou de saúde para outro site pode ser compreendido como uma recomendação implícita sobre a qualidade do segundo site. Portanto, as revistas devem ser cautelosas ao permitirem *links* para outros sites; quando os usuários são direcionados para um outro site, pode ser útil fornecer uma mensagem explícita de que eles estão deixando o site da revista. Se os *links* para outros sites são resultantes de considerações financeiras, isto deve ser claramente indicado. Todas as datas de publicação e atualização devem ser indicadas. No formato eletrônico, assim como no impresso, mensagens de publicidade e promocionais não devem ser justapostas com o conteúdo editorial, e o conteúdo comercial deve ser claramente identificado como tal.

A publicação eletrônica é uma área que está em constante mudança. Os editores devem desenvolver, disponibilizar aos autores, e implementar políticas para assuntos específicos de publicação eletrônica. Estes assuntos incluem arquivamento, correção, controle das versões e escolha da versão eletrônica ou impressa da revista como a revista de registro e publicação de material auxiliar.

Sob nenhuma circunstância uma revista deve remover um artigo de seu *web site* ou arquivo. Se uma correção ou retratação forem necessárias, a explicação deve ser

elaborada de forma apropriada e comunicada o mais rápido possível numa página de citações numa edição subsequente da revista.

A preservação de artigos eletrônicos num arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso ao arquivo deve ser imediato e deve ser controlado por uma terceira parte, como uma biblioteca, ao invés do editor. A deposição de múltiplos arquivos é encorajada.

III.H. Publicidade

A maioria das revistas médicas contém propagandas que geram renda para suas editoras, mas a publicidade não deve influenciar decisões editoriais. As revistas devem ter políticas escritas, explícitas e formais para publicidade tanto na versão impressa como na eletrônica; a política de publicidade em *website* deve ser paralela à política para a versão impressa tanto quanto possível. Os editores devem ter autoridade final e total para aprovar propagandas e fazer cumprir a política de publicidade.

Quando possível, os editores deverão fazer uso de julgamentos de grupos independentes para revisão de publicidade. Os leitores devem poder diferenciar prontamente publicidade de material editorial. A justaposição de material editorial e de publicidade sobre os mesmos produtos ou assuntos deve ser evitada. Páginas de publicidade intercaladas com as páginas dos artigos interrompem o fluxo do conteúdo editorial e devem ser evitadas. A publicidade não deve ser vendida, com a condição de que apareça na mesma edição que um artigo em particular.

As revistas não devem ser dominadas pela publicidade, mas os editores devem estar atentos quanto à publicação de propagandas de apenas um ou dois anunciantes, uma vez que os leitores podem perceber que estes anunciantes têm influenciado o editor.

As revistas não devem apresentar anúncios de produtos que demonstraram ser seriamente prejudiciais à saúde – por exemplo, tabaco. Os editores devem assegurar que padrões industriais ou regulatórios existentes para anúncios específicos para seu país sejam respeitados, ou desenvolver seus próprios padrões. Os interesses de organizações ou agências não devem controlar anúncios classificados e outros não exibidos, exceto quando requeridos por lei. Por fim, os editores devem considerar todas as críticas de anúncios para publicação.

III.I. Revistas médicas e Mídia geral

O interesse do público em notícias da pesquisa médica tem levado a mídia popular a competir vigorosamente para obter informações sobre pesquisas. Algumas

vezes, pesquisadores e instituições incentivam o relato de pesquisas na mídia não-médica antes da publicação completa numa revista científica organizando coletivas à imprensa ou dando entrevistas.

O público tem direito a informações médicas importantes sem atraso excessivo, e os editores têm a responsabilidade de facilitar o processo. Revistas biomédicas são publicadas primeiramente para seus leitores, mas o público em geral tem um interesse legítimo em seu conteúdo; portanto, um equilíbrio entre estas considerações deve guiar a interação da revista com a mídia. Os médicos, na prática, precisam ter relatos detalhados disponíveis antes que eles possam informar seus pacientes sobre as conclusões do relato. Além disso, relatos de pesquisa científica na mídia antes do trabalho ter sido revisado e publicado na íntegra pode levar à disseminação de conclusões prematuras e imprecisas.

Um sistema de embargo tem sido estabelecido em alguns países para impedir a publicação de relatos na mídia em geral antes do artigo original no qual eles são baseados aparecer na revista. O embargo cria um “campo de atuação equilibrada” que a maioria dos repórteres aprecia, uma vez que ele minimiza a pressão sobre eles para publicar relatos que não tiveram tempo de preparar cuidadosamente. Consistência no momento da exposição pública de informação biomédica também é importante para minimizar o caos econômico, uma vez que alguns artigos contêm informações com grande potencial para influenciar mercados financeiros. Por outro lado, o sistema de embargo tem sido desafiado como sendo servidor dos próprios interesses da revista, e um obstáculo à rápida disseminação de informação científica.

Os editores podem achar as seguintes recomendações úteis ao tentar estabelecer políticas sobre estes assuntos.

- Os editores podem promover a transmissão ordenada de informação médica de pesquisadores ao público por meio de revistas revisadas. Isto pode ser realizado por um acordo com os autores de que eles não divulgarão seu trabalho enquanto seu manuscrito estiver sendo avaliado ou aguardando a publicação, e por um acordo com a mídia de que não apresentarão relatos antes da publicação da pesquisa original na revista; em retribuição, a revista cooperará com eles preparando relatos precisos.

- Os editores precisam ter em mente que um sistema de embargo trabalha sobre o sistema de moral; não existe nenhum mecanismo nem política formal. A decisão

de um número significativo de publicações da mídia ou de revistas biomédicas de não respeitar o sistema de embargo levaria à sua rápida dissolução.

- Pouquíssimas pesquisas médicas têm implicações clínicas tão claras e urgentes para a saúde pública de forma que os resultados necessitem ser revelados antes da publicação na íntegra numa revista. Entretanto, em circunstâncias excepcionais, autoridades apropriadas, responsáveis pela saúde pública, devem tomar a decisão e se responsabilizarem pela disseminação antecipada de informações aos médicos e à mídia. Se o autor e as autoridades apropriadas desejarem ter um manuscrito avaliado por uma revista em particular, o editor deve ser consultado antes de qualquer exibição pública. Se os editores aceitarem a necessidade para a exibição imediata, eles devem abrir mão de suas políticas limitando a publicidade na pré-publicação.

- As políticas designadas para limitar a publicidade na pré-publicação não devem ser aplicadas a relatos na mídia de apresentações em encontros científicos ou de resumos destes encontros (*ver Publicação Redundante*). O pesquisador que apresentar seu trabalho num encontro científico deve sentir-se livre para discutir sua apresentação com repórteres, mas deve ser desencorajado a oferecer mais detalhes sobre seu estudo além daqueles apresentados em sua conferência.

- Quando um artigo está prestes a ser publicado, os editores devem auxiliar a mídia a preparar relatos precisos, comunicando a imprensa, respondendo questões, fornecendo cópias antecipadas da revista, ou encaminhando os repórteres a especialistas apropriados. Essa assistência deveria estar associada à cooperação da mídia no sentido de que tanto a publicação de seus relatos quanto a publicação do artigo ocorressem ao mesmo tempo.

- Editores, autores e a mídia devem aplicar os princípios mencionados acima ao material publicado anteriormente em versões eletrônicas de revistas.

III.J. Obrigação de registro de estudos clínicos

O ICMJE acredita que é importante oferecer uma base de dados compreensiva, disponível publicamente dos estudos clínicos. O ICMJE define como um experimento clínico qualquer pesquisa que prospectivamente designe sujeitos humanos para intervenção ou comparação concomitante com grupos controle para estudar a relação

causa-efeito entre uma intervenção médica e um resultado em relação a saúde. Intervenções médicas incluem drogas, procedimentos cirúrgicos, aparelhos, tratamentos comportamentais, alterações na forma de tratamento, entre outros.

As revistas que participam do ICMJE exigem, como condição de consideração para publicação, um registro de experimentos públicos. Os detalhes desta política estão descritos numa série editorial (veja Editoriais, perguntas freqüentes). O ICMJE encoraja os editores de outras revistas biomédicas de adotar políticas semelhantes.

O ICMJE não defende um registro em particular, mas suas revistas requisitarão que os autores registrem seus experimentos segundo vários critérios. O registro deve ser acessível ao público e sem custos. Deve ser aberto a todos os prováveis participantes e gerenciado por uma organização sem fins lucrativos. Deve haver um mecanismo para assegurar a validade das datas de registro, e o registro deve permitir uma busca eletrônica. Um registro aceitável deve incluir, no mínimo, as informações listadas na Tabela 1. Registros com campos não preenchidos ou campos com terminologia incorreta são inadequados.

É importante observar que o ICMJE requer registro de metodologia de pesquisa, mas não requer registro de resultados; ele reconhece os problemas potenciais que poderiam surgir em função do envio de resultados de pesquisas que não foram submetidos a um processo de revisão independente. Contudo, o ICMJE entende que o **U.S. Food and Drug Administration Amendments Ato de 2007** (FDAAA) não requer que os pesquisadores registrem seus resultados. O ICMJE não vai considerar como publicações prévias resultados enviados no mesmo registro de pesquisa clínica como o registro inicial, se os resultados forem postados na forma tabular conforme solicitado pelo FDAAA. Os pesquisadores devem estar atentos para o fato de que os editores de revistas que seguem as recomendações do ICMJE podem considerar descrições mais detalhadas dos resultados das pesquisas e resultados publicados nos registros diferentes do primeiro (no caso da FDAAA, ClinicalTrials.gov) serem publicações prévias. O ICMJE adianta que a necessidade de registro dos resultados vai se alterar dramaticamente nos próximos anos e o ICMJE pode ter que corrigir essas recomendações conforme agências adicionais instituírem outras normas para registro de resultados.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro da pesquisa no final do resumo. O ICMJE também recomenda que, sempre que um número de registro esteja disponível, os autores listem o número de referência a primeira vez que usarem a abreviatura da pesquisa que eles estiverem relatando ou outras pesquisas mencionadas no manuscrito.

IV. Preparação do manuscrito e submissão

IV.A. Preparando um manuscrito para submissão em revista biomédica

Editores e revisores gastam muitas horas lendo manuscritos, e portanto apreciam receber manuscritos fáceis de ler e editar. A maioria das informações contidas nas instruções aos autores da revista é designada a atingir este objetivo de forma que satisfaça as necessidades editoriais particulares de cada revista. As orientações a seguir fornecem fundamentos e bases gerais para a preparação de manuscritos para qualquer revista.

IV.A.1 Princípios gerais

O texto de artigos experimentais ou observacionais geralmente (mas não necessariamente) é dividido em seções com os títulos Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. Esta estrutura, denominada “IMRAD”, não é simplesmente um formato de publicação arbitrária, mas sim uma reflexão direta do processo de descoberta científica. Artigos longos podem necessitar de subtítulos dentro de algumas seções (especialmente Resultados e Discussão) para facilitar o entendimento de seu conteúdo. Outros tipos de artigos, como relatos de caso, revisões e editoriais, provavelmente necessitam ser formatados de forma diferente.

Formatos eletrônicos têm criado oportunidades para a adição de detalhes ou seções inteiras, disponibilizando informação, cruzando ou extraindo partes de artigos, apenas na versão eletrônica. Os autores precisam trabalhar juntamente com os editores na preparação e uso destes novos formatos de publicação, e devem submeter material para possíveis formatos eletrônicos suplementares para a revisão.

Espaçamento duplo em todas as partes do manuscrito – incluindo a página do título, o resumo, o texto, os agradecimentos, as referências, as tabelas individuais e as legendas – e margens generosas possibilitam aos editores e revisores editar o texto, linha por linha, e adicionar comentários e questões diretamente na cópia do artigo. Se os manuscritos forem submetidos eletronicamente, os arquivos devem conter espaçamento duplo, para facilitar a impressão, revisão e edição.

Os autores devem numerar todas as páginas do manuscrito consecutivamente, começando pela página do título, para facilitar o processo editorial.

IV.A.1.a. Guias para desenhos específicos de estudos

Relatos de pesquisa freqüentemente omitem informações importantes. Os requerimentos gerais têm sido desenvolvidos e algumas revistas podem pedir aos autores que o sigam. Os autores devem consultar as informações aos autores das revistas que eles escolheram

Os requisitos gerais listados na seção seguinte se relacionam aos elementos essenciais para todos os tipos de estudo. Além disso, os autores são incentivados a consultar normas de exposição relevantes a seus projetos de pesquisa específica. Para relatos de experimentos controlados aleatoriamente, os autores devem reportar-se à declaração. As normas oferecem um conjunto de recomendações contendo uma lista de itens para relato e um diagrama de fluxo de paciente.

IV. A. 2 Página de título

A página de título deve ter as seguintes informações:

1. Título do artigo. Títulos concisos são mais fáceis de ler que longos e complicados. Contudo, títulos muito curtos, deixam faltar informações importantes, como o tipo de estudo (que é particularmente importante para a identificação de estudos clínicos aleatórios). Os autores devem incluir todas as informações no título que permita a busca eletrônica do artigo, de forma específica e precisa.
2. Os nomes dos autores e suas instituições. Algumas revistas publicam o(s) mais alto(s) título(s) acadêmico(s) de cada autor enquanto outras não o fazem.
3. O(s) nome(s) do(s) departamento(s) e instituição (ou instituições) às quais o trabalho deve ser atribuído.
4. Carta de denuncia, se houver.
5. Autores para correspondência. O nome, endereço postal, números de telefone e fax, e endereço de e-mail do autor responsável pela correspondência sobre o manuscrito (este autor pode ou não ser o “assegurador” da integridade do estudo como um todo). O autor para correspondência deve indicar claramente caso seu endereço de e-mail seja para ser publicado.
6. O nome e endereço do autor para quem solicitações de cópias devem ser endereçadas, ou uma declaração de que cópias não serão disponibilizadas pelos autores.
7. Fonte(s) de apoio na forma de subsídio, equipamentos, drogas, ou tudo isso.
8. Um título resumido. Algumas revistas pedem um pequeno título resumido ou linha de rodapé, geralmente de não mais que 40 caracteres (contando-se as letras e os espaços) no rodapé da página de título. Títulos resumidos são publicados na maioria das revistas,

mas algumas vezes também são utilizados dentro do escritório editorial para arquivamento e localização de manuscritos.

9. Contagem de palavras. Uma contagem de palavras apenas para o texto (excluindo-se resumo, agradecimentos, legendas das figuras, e referências) permite aos editores e revisores calcularem se a informação contida no artigo corresponde com o espaço designado a ele, e se o manuscrito submetido se enquadra dentro dos limites de palavras da revista. Uma contagem de palavras separada para o resumo também é vantajosa pela mesma razão.

10. O número de figuras e tabelas. É difícil para o corpo editorial e revisores dizer se as figuras e as tabelas que deveriam acompanhar o manuscrito estão realmente incluídas, a menos que o número de figuras e tabelas esteja especificado na página de título.

IV.A.3. Página de notificação de conflito de interesse

Para evitar que a informação sobre potenciais conflitos de interesse para o autor passe despercebida ou colocada em lugar errado, é necessário que esta informação faça parte do manuscrito. Por isso, ela deve ser incluída numa página (ou páginas) separada(s) logo após a página do título. No entanto, revistas individuais podem diferir quanto à posição desta informação e algumas revistas não enviam informações sobre conflitos de interesse aos revisores (*Ver Seção II.D. Conflitos de Interesse*).

IV.A.4. Resumo e Palavras-chave

Um resumo (exigências para o tamanho e estrutura variam) deve seguir a página do título. O resumo deve fornecer o contexto ou a base para o estudo e deve especificar o objetivo do mesmo, os procedimentos básicos (seleção dos indivíduos ou animais de laboratório do estudo, métodos observacionais e analíticos), os principais achados (fornecendo as medidas específicas do resultado e sua significância estatística, se possível), e as conclusões principais. Deve enfatizar aspectos novos e importantes do estudo ou observações. Artigos de pesquisas clínicas devem conter resumos que incluam os itens que o grupo consorte considerou essencial (www.consort-statement.org/?=1190).

Como o resumo é a única parte substantiva do artigo que é indexada em muitas bases de dados eletrônicas, e também por ser a única parte que muitos leitores lêem, os autores devem estar atentos para que o resumo reflita o conteúdo do artigo de forma precisa. Infelizmente, muitos resumos discordam daquelas do texto do artigo (6). O

formato exigido para resumos estruturados difere de revista para revista, e algumas revistas utilizam mais de um formato; os autores devem preparar seus resumos no formato especificado pela revista que eles escolheram.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro da pesquisa no final do resumo. O ICMJE também recomenda que, sempre que um número de registro estiver disponível, os autores listem o número na primeira vez que eles se referirem àquela pesquisa que estão sendo mencionadas no manuscrito.

IV.A.5 Introdução

Ofereça um contexto ou base para o estudo (ou seja, a natureza do problema e seu significado). Especifique os objetivos específicos ou hipótese testada por este estudo ou observação; o objetivo da pesquisa freqüentemente é mais focado quando apresentado em forma de pergunta. Tanto o objetivo principal como os objetivos secundários devem ficar bem claros, e quaisquer análises de sub-grupos pré-especificados devem ser descritas. Apresente apenas as referências estritamente pertinentes e não inclua dados ou conclusões do trabalho que está sendo relatado.

IV.A.6. Métodos

A seção dos Métodos deve incluir apenas as informações que estavam disponíveis no momento em que o planejamento ou protocolo para o estudo foi escrito; todas as informações obtidas durante a condução do estudo pertencem à seção dos Resultados.

IV.6.a. Seleção e Descrição dos Participantes

Descreva claramente sua seleção dos participantes experimentais ou observacionais (pacientes ou animais de laboratório, incluindo os controles), incluindo elegibilidade e critérios de exclusão e uma descrição da fonte população estudada. Uma vez que a relevância de tais variáveis, como idade e sexo, para o objeto da pesquisa não é sempre clara, os autores devem explicar seu uso quando elas forem incluídas num relato de estudo; por exemplo, os autores devem explicar por que somente indivíduos de certas idades foram incluídos ou por que mulheres foram excluídas. O princípio norteador deve ser a clareza sobre como e por que um estudo foi feito de um modo em particular. Quando os autores usarem variáveis tais como raça e etnia, eles devem definir como as variáveis foram medidas e justificar sua relevância.

IV.A.6.b. Informações Técnicas

Identifique os métodos, equipamentos (coloque o nome e endereço do fabricante entre parênteses), e procedimentos com detalhes suficientes para permitir que outros pesquisadores reproduzam os resultados. Cite referências para os métodos estabelecidos, inclusive os métodos estatísticos (*ver abaixo*); forneça referências e descrições breves para métodos que já foram publicados, mas ainda não são muito conhecidos; descreva os métodos novos ou que foram substancialmente modificados, cite as razões para usá-los, e avalie suas limitações. Identifique com precisão todas as drogas e substâncias químicas utilizadas, incluindo nome(s), dose(s) e via(s) de administração.

Os autores que estiverem submetendo manuscritos de revisão devem incluir uma seção para a descrição dos métodos utilizados para localização, seleção, extração e síntese dos dados. Estes métodos também devem estar sintetizados no resumo.

IV.A.6.c. Estatística

Descreva os métodos estatísticos com detalhes suficientes para que um leitor instruído com acesso aos dados originais possa verificar os dados relatados. Quando possível, quantifique os achados e apresente-os com os indicadores apropriados de erro de medida ou incerteza (tais como intervalos de confiança). Evite confiar apenas em testes estatísticos de hipótese, tais como o uso de valores de p que falham em transmitir informações importantes sobre o tamanho do efeito. As referências para o delineamento do estudo e para os métodos estatísticos devem ser de trabalhos padronizados, sempre que possível (com a indicação das páginas). Defina os termos estatísticos, as abreviações e a maioria dos símbolos. Especifique os programas de computador utilizados.

IV.A.7. Resultados

Apresente seus resultados numa seqüência lógica no texto, nas tabelas e nas ilustrações, mostrando os achados principais ou mais importantes primeiro. Não repita no texto todos os dados contidos nas tabelas ou ilustrações; enfatize ou resuma apenas as observações mais importantes. Materiais suplementares e detalhes técnicos podem ser colocados em um apêndice acessível que não interrompa o fluxo do texto; o apêndice também pode ser publicado apenas na versão eletrônica da revista.

Quando os dados forem resumidos na seção dos Resultados, apresente resultados numéricos não apenas como números derivados (por exemplo, porcentagens) mas também como números absolutos, dos quais os derivados foram calculados, e especifique os métodos estatísticos utilizados para analisá-los. Restrinja

tabelas e figuras para aqueles dados necessários para explicar o raciocínio do artigo e avaliar sua escolha. Use gráficos como uma alternativa a tabelas com muitos dados; não duplique dados em gráficos e tabelas. Evite linguagem leiga de termos técnicos em estatística, tais como “aleatório” (que indica uma técnica aleatória), “normal”, “significativo”, “correlações” e “amostra”.

Quando cientificamente apropriado, deve-se incluir análises dos dados por variáveis, tais como idade e sexo.

IV.A.8. Discussão

Enfatize os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões deduzidas a partir deles. Não repita com detalhes dados ou outro material apresentado na seção Introdução ou Resultados. Para estudos experimentais é recomendável começar a discussão resumindo brevemente os principais achados, em seguida explorar os possíveis mecanismos ou explicações para estes achados, comparar e contrastar os resultados com outros estudos relevantes, apresentar as limitações do estudo, e explorar as implicações dos achados para pesquisas futuras e para a prática clínica.

Associe as conclusões aos objetivos do estudo, mas evite declarações não-qualificadas e conclusões que não são suficientemente apoiadas pelos dados. Em particular, os autores devem evitar fazer declarações sobre custos e benefícios econômicos, a não ser que seu manuscrito inclua dados e análises econômicas apropriadas. Evite priorizar ou referir-se a trabalhos que não foram finalizados. Apresente novas hipóteses quando confirmadas, mas qualifique-as claramente como tal.

IV.A.9. Referências

IV.A.9.a. Considerações Gerais Relacionadas às Referências

Embora as referências de artigos de revisão podem ser um meio eficiente de orientar os leitores para uma determinada literatura, os artigos de revisão nem sempre refletem o trabalho original com precisão. Portanto, os leitores devem ser supridos de referências diretas a fontes de pesquisas originais sempre que possível. Por outro lado, listas extensas de referências para trabalhos originais sobre um assunto podem ocupar muito espaço na página impressa. Poucas referências para artigos chave originais freqüentemente servirão assim como listas exaustivas, principalmente agora que as referências podem ser adicionadas à versão eletrônica dos artigos publicados, e a pesquisa eletrônica da literatura permite aos leitores recuperar a literatura publicada eficientemente.

Evite usar resumos como referências. Referências a artigos aceitos mas ainda não publicados devem ser designadas como “in press” ou “forthcoming”; os autores devem obter uma permissão por escrito para citar tais artigos, bem como uma verificação de que eles foram aceitos para publicação. Informações de manuscritos submetidos, mas não aceitos devem ser citadas no texto como “unpublished observations”, com permissão por escrito da fonte.

Evite citar uma “personal communication”, a menos que ela ofereça informações essenciais não disponíveis em uma fonte pública; neste caso, o nome da pessoa e a data da comunicação devem ser citados entre parênteses no texto. Para artigos científicos, os autores devem obter permissão por escrito e confirmação da exatidão da fonte da comunicação pessoal.

Algumas mas não todas as revistas checam a exatidão de todas as citações de referências, de forma que algumas vezes aparecem erros de citação na versão publicada do artigo. Para minimizar tais erros, os autores devem conferir as referências com os documentos originais. Os autores são os responsáveis por checar que nenhuma das referências cita artigos excluídos. Para artigos publicados em revistas indexadas no MEDLINE, o ICMJE considera o PubMed uma fonte confiável de informação. Os autores podem identificar artigos cancelados no MEDLINE usando o seguinte termo de consulta, onde pt entre colchetes indica o tipo de publicação: Publicação cancelada [pt] no Pubmed.

IV.A.9.b. Estilo e Formato das Referências

O estilo das Recomendações Básicas é amplamente baseado num estilo padrão da American National Standards Institute, adaptado pela NLM para suas bases de dados. Os autores devem consultar a NLM – citações em medicina, para informações em relação aos formatos recomendados para uma variedade de tipos de referências.

As referências devem ser numeradas consecutivamente na ordem em que são mencionadas pela primeira vez no texto. Identifique as referências no texto, tabelas e legendas por números arábicos entre parênteses. As referências citadas apenas em tabelas ou legendas de figuras devem ser numeradas de acordo com a seqüência estabelecida pela primeira identificação no texto da tabela ou figura em particular. Os títulos das revistas devem ser abreviados de acordo com o estilo usado no *Index Medicus do MEDLINE*, publicada pela NLM na biblioteca do *website*. As revistas diferem ao pedir ou não que referências eletrônicas sejam citadas entre parênteses no texto ou em referências numeradas acompanhando o texto. Os autores devem consultar a revista à qual eles planejam submeter seu trabalho.

IV.A.10. Tabelas

As tabelas captam informações de forma concisa, e apresentam-nas eficientemente; também apresentam informações a qualquer nível desejado de detalhes e precisão. Incluir dados em tabelas ao invés de incluí-los no texto possibilita a redução do tamanho do texto.

Digite ou imprima cada tabela com espaçamento duplo numa folha separada. Numere as tabelas consecutivamente na ordem de sua primeira citação no texto e forneça um breve título para cada uma. Não utilize linhas horizontais ou verticais internas. Dê a cada coluna um cabeçalho pequeno ou abreviado. Os autores devem colocar explicações no rodapé e não no cabeçalho da tabela. Explique, no rodapé, todas as abreviações não-padronizadas. Para rodapés, utilize os seguintes símbolos sequencialmente:

*, †, ‡, §, ||, **, ††, ‡‡

Identifique as medidas estatísticas de variações, tais como desvio padrão e erro padrão da média.

Certifique-se de que cada tabela está sendo citada no texto.

Se utilizar dados de uma outra fonte, publicada ou não, obtenha permissão e agradeça.

Tabelas adicionais contendo dados de apoio muito extensos para serem publicados na versão impressa podem ser apropriadas para publicação na versão eletrônica da revista, depositadas num serviço de arquivamento, ou disponibilizadas aos leitores diretamente pelos autores. Neste caso, uma declaração apropriada deve ser adicionada ao texto, para informar aos leitores que essa informação adicional está disponível e onde pode ser encontrada. Submeta tais tabelas para avaliação juntamente com o artigo, assim elas estarão disponíveis para os revisores.

IV.A.11. Ilustrações (Figuras)

As figuras devem ser “desenhadas” ou fotografadas profissionalmente, ou submetidas como impressões digitais de qualidade fotográfica. Além de pedir uma versão das figuras adequada para impressão, algumas revistas agora pedem aos autores arquivos eletrônicos das figuras num formato (por exemplo, JPEG ou GIF) que produza imagens de alta qualidade na versão “web” da revista; os autores devem revisar as imagens de tais arquivos numa tela de computador antes de submetê-las, para certificarem-se de que elas satisfazem seu próprio padrão de qualidade.

Para filmes de raios-X, mapeamento, e outras imagens diagnósticas, bem como fotos de amostras de patologia ou fotomicrografias, envie impressões fotográficas nítidas, com boa qualidade, coloridas ou em branco e preto, normalmente 127 x 173 mm. Embora algumas revistas reposicionem as figuras, muitas não o fazem. Letras, números e símbolos em figuras devem ser claros e uniformes, e de tamanho suficiente para que quando reduzidos para publicação cada item ainda fique legível. As figuras devem ser as mais auto-explicativas possíveis, uma vez que muitas serão utilizadas diretamente em apresentações de *slides*. Títulos e explicações detalhadas pertencem às legendas, e não às ilustrações.

Fotomicrografias devem ter marcadores de escala internos. Símbolos, setas ou letras usadas devem contrastar com o fundo.

Se forem usadas fotografias de pessoas potencialmente identificáveis, devem estar acompanhadas de uma permissão por escrito para usá-lá.

As figuras devem ser numeradas consecutivamente de acordo com a ordem em que foram citadas pela primeira vez no texto. Se uma figura já foi publicada, agradeça a fonte original e submeta a permissão por escrito do portador dos direitos autorais para reproduzir o material. A permissão é exigida, independente de autoria e editora, exceto para documentos de domínio público.

Para ilustrações coloridas, verifique se a revista exige negativos coloridos, transparências positivas, ou impressões coloridas. Desenhos marcados para indicar a região a ser reproduzida podem ser úteis ao editor. Algumas revistas só publicam ilustrações coloridas se o autor pagar por um custo extra.

Os autores devem consultar a revista sobre as exigências para figuras submetidas em formatos eletrônicos.

IV.A.12. Legendas para Ilustrações (Figuras)

Digite ou imprima as legendas para ilustrações usando espaçamento duplo, começando numa página separada, com números arábicos correspondendo às ilustrações. Quando forem utilizados símbolos, setas, números, ou letras para identificar partes da ilustração, identifique e explique cada um de forma clara na legenda. Explique a escala interna e identifique o método de coloração em fotomicrografias.

IV.A.13. Unidades de Medida

As medidas de comprimento, altura, peso e volume devem ser expressas em unidades métricas (metro, quilograma ou litro) ou múltiplos decimais.

As temperaturas devem estar em graus Celsius. Pressões sanguíneas devem estar em milímetros de mercúrio, a não ser que outras unidades sejam especificamente exigidas pela revista.

As revistas variam quanto às unidades usadas para expressar medidas hematológicas, químicas clínicas, e outras medidas. Os autores devem consultar as informações aos autores da revista em particular e devem expressar as informações laboratoriais tanto no sistema local de unidades como no Sistema Internacional de Unidades (SI). Os editores podem pedir que os autores adicionem unidades alternativas ou não pertencentes ao SI antes da publicação, uma vez que as unidades do SI não são utilizadas universalmente. Concentrações de drogas podem ser expressas em unidades do SI ou unidades de massa, mas as alternativas devem ser apresentadas entre parênteses quando apropriado.

IV.A.14. Abreviações e Símbolos

Utilize apenas abreviações padronizadas; o uso de abreviações não padronizadas pode ser confundir os leitores. Evite abreviações no título do manuscrito. O termo completo que uma abreviação representa deve preceder seu primeiro uso no texto, a menos que seja uma unidade de medida padronizada.

IV.B. Enviando o Manuscrito para a Revista

Um número crescente de revistas agora aceita submissão eletrônica de manuscritos em discos, como anexos de e-mails, ou enviando diretamente para o site da revista. A submissão eletrônica poupa tempo e custos, e permite que o manuscrito seja usado na forma eletrônica durante todo o processo editorial (por exemplo, quando é enviado para revisão). Ao submeter um manuscrito eletronicamente, os autores devem consultar as instruções aos autores da revista.

Se uma versão em papel do manuscrito for submetida, envie o número exigido de cópias do manuscrito e das figuras; elas são todas necessárias para “peer review” e edição, e não se deve esperar que o corpo editorial faça as cópias exigidas.

Os manuscritos devem ser acompanhados de uma carta de encaminhamento que deve conter as seguintes informações.

- Uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatos anteriores que possam ser considerados como publicação redundante do mesmo trabalho ou de um muito semelhante. Qualquer um destes trabalhos deve ser citado especificamente e incluído nas referências do novo artigo. Cópias de tal material devem

ser anexadas ao artigo submetido para ajudar o editor a decidir como lidar com o problema.

- Uma declaração de relacionamentos financeiros ou outros relacionamentos que possam levar a um conflito de interesse, se esta informação não estiver incluída no próprio manuscrito ou em uma ficha do autor.

- Uma declaração de que o manuscrito foi lido e aprovado por todos os autores, de que os requerimentos para autoria, como mencionados anteriormente neste documento, foram cumpridos, e de que cada autor acredita que o manuscrito representa um trabalho honesto, caso esta informação não esteja contida em outro formulário (*veja abaixo*);

- O nome, endereço, e número de telefone do autor responsável pela correspondência e pela comunicação com os outros autores sobre revisões e aprovação final das provas, caso estas informações não estejam incluídas no próprio manuscrito.

A carta deve conter qualquer informação adicional que possa ser útil ao editor, como o tipo ou formato de artigo que o manuscrito representa naquela revista em particular. Se o manuscrito já havia sido submetido a uma outra revista, é interessante incluir os comentários do editor e revisores anteriores sobre o manuscrito submetido, juntamente com as respostas dos autores a tais comentários. Os editores incentivam os autores a submeterem estas comunicações. Isto pode acelerar o processo de revisão.

Muitas revistas agora oferecem uma “checklist” de pré-submissão para assegurar que todos os componentes da submissão sejam incluídos. Algumas revistas agora também pedem que os autores completem “checklists” para relatos de certos tipos de estudo (por exemplo, um “checklist” do consorte para estudos controlados e aleatórios). Os autores devem procurar saber se a revista usa tais “checklists” e enviá-las com o manuscrito se solicitada.

Cartas de permissão para reproduzir materiais publicados, usar ilustrações publicadas anteriormente, relatar informações sobre pessoas identificáveis, ou para citar o nome de pessoas colaboradoras devem acompanhar o manuscrito.

V. REFERÊNCIAS

A. Referências Citadas neste Documento

1. Davidoff F for the CSE Task Force on Authorship. Who's the Author? Problems with Biomedical Authorship, and Some Possible Solutions. *Science Editor*. July-August 2000: Volume 23 - Number 4:111-119.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in *The Lancet*. *Ann Intern Med*. 1999 Apr 20;130(8):661-70.
3. Flanagin A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. *JAMA*. 2002;288:3166-68.
4. *Peer Review in Health Sciences*. F Godlee. T Jefferson. London: BMJ Books, 1999.
5. World Medical Association Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. *JAMA*. 2000 Dec 20;284(23):3043-5.
6. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. *JAMA*. 1999 Mar 24-31;281 (12):1110-1.

B. Outras Fontes de Informações Relacionadas a Revistas Biomédicas.

World Association of Medical Editors (WAME)

Council of Science Editors (CSE)

European Association of Science Editors (EASE)

Cochrane Collaboration

Committee on Publication Thics (COPE)

VI. SOBRE O COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

O Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (CIERM) é um grupo de editores de revistas médicas em geral, cujos participantes se encontram anualmente e consolidam seus trabalhos nas Recomendações Básicas para Manuscritos. O ICMEJ solicita comentários sobre este documento e sugestões para itens de sua pauta.

VII. AUTORES DAS RECOMENDAÇÕES BÁSICAS PARA MANUSCRITOS SUBMETIDOS A REVISTAS BIOMÉDICAS

As revistas e organizações participantes do ICMJE e seus representantes que aprovaram a versão revisada das Recomendações Básicas para Manuscritos em setembro de 2008 incluem *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*, *Canadian Medical Association Journal*, *Croatian Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association*, *Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde (The Dutch Medical Journal)*, *New England Journal of Medicine*, *New Zealand Medical Journal*, *The Lancet*, *The Medical Journal of Australia*, *Tidsskrift for Den Norske Llegeforening (The Journal of the Norwegian Medical Association)*, *Ugeskrift for Laeger (Journal of the*

Danish Medical Association) , a Biblioteca Nacional de Medicina NLM dos Estados Unidos, e a Associação Mundial de Editores Médicos.

VIII. USO, DISTRIBUIÇÃO E TRADUÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES BÁSICAS

Os usuários podem imprimir, copiar e distribuir este documento sem taxas de cobrança para fim educacional não lucrativo. O ICMJE não armazena cópias impressas (“reprints”) deste documento.

A política do CIERM é feita para organizações interessadas em fazer um “link” para o documento oficial em língua inglesa disponível em www.icmje.org. O ICMJE não endossa a publicação do documento em outro site que não seja www.icmje.org do ICMJE.

O ICMJE incentiva organizações a reproduzirem ou traduzirem este documento para outras línguas além do Inglês sem fins lucrativos. Entretanto, o ICMJE não tem recursos para traduzir, verter para o Inglês, ou aprovar versões reproduzidas ou traduzidas do documento. Portanto, qualquer tradução deve incluir proeminentemente a seguinte declaração:

“Esta é uma reprodução/tradução para a língua portuguesa das Recomendações Básicas do ICMJE para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas. **O Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico** preparou esta tradução. O ICMJE não endossou nem aprovou os conteúdos desta reprodução/tradução. O ICMJE atualiza periodicamente as Recomendações Básicas, portanto esta reprodução/tradução preparada em **Abril de 2009** pode não representar com precisão a versão oficial atual em www.ICMJE.org. A versão oficial das Recomendações Básicas para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas encontra-se em www.ICMJE.org.

IX. INFORMAÇÕES

Antes de enviar uma dúvida consulte a seção dúvidas freqüentes no www.icmje.org, que possui respostas das perguntas mais comuns.

Dúvidas sobre as Recomendações Básicas devem ser enviadas para Christine Laine, MD, MPH, ICMJE Secretariat Office, American College of Physicians, 190 N. Independence Mall West, Philadelphia, PA 19106-1572, USA. Fone: 215-351-2660; fax: 215-351-2644; e-mail: claine@acponline.org. Por favor, não encaminhe dúvidas sobre estilos ou políticas de revistas individuais para a secretaria do ICMJE. O ICMJE não arquiva informações de contato individuais das revistas. Manuscritos com intenção de publicação numa revista devem ser encaminhados diretamente para a revista e não para o ICMJE.

Traduzido por: Ana Cláudia Moreira Melo.